



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

Comissão Meira Mattos, Geopolítica e Reforma Educacional: Os Acordos MEC-USAID e a Reestruturação do Ensino Brasileiro (1964-1968)

GT 7: Geografia Política e Ensino: inovações temáticas, conceituais e metodológicas

Ana Carolina Ferrari

Mestre em Direito pela Universidade de Lyon-3

Mestranda em Educação pela Universidade de São Paulo

Guilherme Henrique de Paula Cardim

Mestre e doutorando em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo

Resumo

A presente pesquisa realiza um breve exame sobre a convergência entre o pensamento geopolítico do General Meira Mattos, os trabalhos da Comissão Especial por ele presidida em 1967 e os Acordos MEC-USAID na reestruturação do sistema educacional brasileiro durante a ditadura civil-militar. O texto parte da premissa de que a reforma educacional teve forte incidência da perspectiva geopolítica da Escola Superior de Guerra. Considera-se também que a educação foi um dos setores mais afetados pelo regime, não somente pela violência direcionada a estudantes e professores, mas também pelos usos que os governos militares fizeram das instituições educacionais como instrumento de controle e difusão ideológica de suas convicções. Quanto à metodologia, o artigo adotou a análise bibliográfica e documental de fontes primárias e secundárias. Sobre os resultados, observa-se que a Comissão Meira Mattos tinha o escopo de diagnosticar as causas da crise estudantil sob a ótica da Doutrina de Segurança Nacional, enquanto os Acordos MEC-USAID proporcionaram instrumentos econômicos e normativos para a consolidação de um modelo educacional tecnicista, alinhado aos interesses do capital estrangeiro e fundamentado na Teoria do Capital Humano. Assim, a reforma universitária de 1968 (Lei nº 5.540/68) e a reorganização do ensino de 1º e 2º graus (Lei nº 5.692/71) foram medidas que evidenciam a influência do pensamento geopolítico sobre a educação.

Palavras-chave: Meira Mattos; Geopolítica; Acordos MEC-USAID; Ditadura Civil-Militar; Reforma Educacional.

Introdução

A alteração do regime democrático para um regime ditatorial alinhado com os interesses estadunidenses teve a necessidade de realizar uma série de medidas transformadoras no sistema educacional, baseando-se em perspectivas geopolíticas e militares.

Não é à toa que entre as cabeças que lideraram o planejamento educacional brasileiro nesse período estava o General Meira Mattos, importante nome da Geopolítica praticada pela Escola Superior de Guerra, sendo nomeado como presidente da

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongeo2026@unir.br
@vcongeo2026
vcongeo2026.unir.br
www.even3.com.br/vcongeo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

Comissão Especial destinada a investigar a crise universitária por ele presidida. Sua convocação para chefiar a comissão não foi fortuita, sendo, na verdade, uma tentativa de executar um diagnóstico estratégico-militar, haja vista que a crise universitária teve como sua maior marca os intensos protestos estudantis do final da década de 1960 (Cunha, 1991).

Compreendendo-os como focos de “subversão”, o regime não trabalhou a questão como uma simples crise pedagógica, mas como uma crise política, devendo solucioná-la sob os olhares da Doutrina da Segurança Nacional, a fim de preservar o “status quo” definido a partir do 1º de abril de 1964 (Braghini, 2015, p. 196).

Não bastasse isso, o destino da Comissão Especial era realizar uma série de adaptações à realidade brasileira para aplicar com maior eficiência os princípios e regras estabelecidos nos Acordos MEC-USAID. Veja-se que os Acordos MEC-USAID foram tratados que buscavam a reestruturação de todo o sistema de ensino segundo padrões impostos pelos Estados Unidos, especialmente, seguindo os ditames da Teoria do Capital Humano (Santana, 2014, p. 254).

Assim, entre os anos de 1964 e 1968, foram fechados entre o Brasil e os Estados Unidos doze acordos, permitindo à maior potência capitalista influenciar a condução de todos os setores da educação brasileira. Os tratados internacionais eram muito mais do que uma mera cooperação técnica. Eles tinham o sentido de serem instrumentos de ingerência externa, alinhando a educação brasileira aos interesses geopolíticos e econômicos do governo norte-americano durante a Guerra Fria (Rossi, 2018, p. 17-24). Considerando o que foi exposto, o objetivo da presente pesquisa é realizar uma breve análise das relações entre a Geopolítica da Escola Superior de Guerra e as reformas educacionais da ditadura civil-militar, concentrando-se especialmente na construção de um modelo de manutenção do “status quo”, baseado na Doutrina da Segurança Nacional e na Teoria do Capital Humano.

Metodologia

A presente pesquisa caracteriza-se como estudo qualitativo, do tipo bibliográfico e documental, com abordagem histórica e analítica.

A opção por essa base metodológica tem lastro na natureza do objeto, visto que ele demanda a compreensão de processos políticos, ideológicos e educacionais em sua complexidade contextual.

Para perfazer o melhor caminho, foi realizada uma rígida pesquisa bibliográfica, a qual ofereceu uma revisão de obras acadêmicas que abordassem a ditadura civil-militar brasileira, com ênfase no pensamento geopolítico, na história da educação e nos acordos internacionais firmados pelo Brasil na década de 1960, incluindo não só as obras de historiadores da educação, como também as obras escritas pelo General Meira Mattos.

Complementarmente, realizou-se análise documental a partir da consulta a documentos históricos, como relatório da Comissão Meira Mattos, textos dos acordos firmados entre MEC e USAID e a legislação educacional do período, notadamente a Lei

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongeo2026@unir.br
@vcongeo2026
vcongeo2026.unir.br
www.even3.com.br/vcongeo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

da Reforma Universitária (Lei nº 5.540/68) e a reforma do ensino de 1º e 2º graus (Lei nº 5.692/71).

A análise de conteúdo foi empregada para identificar categorias centrais como "segurança nacional", "desenvolvimento", "tecnicismo educacional" e "controle ideológico", estabelecendo as mediações entre o discurso geopolítico de Meira Mattos e as prescrições técnicas dos acordos internacionais.

Análise de resultados

Primeiramente, observa-se que sob influência da geopolítica estadunidense e na Doutrina da Segurança Nacional, Meira Mattos e outros nomes da Escola Superior de Guerra, tal como Golbery do Couto e Silva, justificam escusas para realizar a autoritária tarefa da intervenção militar em temas da vida civil. As motivações estariam atreladas ao contexto de Guerra Fria, de modo que o regime de exceção seria a forma de salvar a "democracia" em face da expansão da influência socialista (Godói, 2024).

Tendo em vista que as universidades foram diagnosticadas pela Comissão Meira Mattos como focos de críticas ao regime, inicia-se o processo de intervenção política sobre a vida acadêmica. Nesse sentido, entra em vigor a Lei da Reforma Universitária, pondo fim às eleições diretas nas universidades, subordinando a nomeação de reitores ao Presidente da República (Machado, 2026).

Outro golpe sofrido pela autonomia universitária, a outorga do Decreto-lei 477/69. Como extensão do AI-5, o decreto de 1969 viabilizou a espionagem dentro das instituições de ensino superior, principalmente por meio das Assessorias de Segurança e Informações, órgãos responsáveis por monitorar professores, alunos e funcionários (Brasil, 1968; 1969).

A crise universitária investigada pela Comissão Meira Mattos não era, portanto, entendida pelo regime como um problema pedagógico, mas de segurança nacional. O diagnóstico produzido pela comissão refletiu essa visão, identificando a necessidade de reformar a universidade não apenas para modernizá-la, mas, sobretudo, para expurgar elementos considerados "subversivos", adequando sua função social aos objetivos de desenvolvimento do regime.

Além disso, os Acordos MEC-USAID representaram o braço operacional da reforma educacional pretendida pela ditadura e pelos setores da elite civil a ela associados.

O conteúdo dos acordos revelava um projeto claro de subordinação da educação aos interesses do capital. A educação assumiu forte caráter tecnocrata, servindo para o crescimento dos setores apoiadores do golpe civil-militar. As reformas empregadas na Educação Superior com a Lei nº 5.540/1968, e no Ensino de 1º e 2º Grau, com a Lei nº 5.692/1971, tinham como objetivos legais a erradicação do analfabetismo e ampliação do acesso ao estudo (Rossi, 2018).

A redução do conteúdo de filosofia e humanidades, bem como a extinção do ensino crítico, adequa-se à Teoria do Capital Humano, pela qual subordina o ensino como instrumento de formação de mão de obra barata para o mercado de trabalho, pouco dando importância à educação como forma de construção do cidadão, de alguém que tenha capacidade de atuar no universo político. Sem afastar o fato de que o professor

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongeo2026@unir.br
@vcongeo2026
vcongeo2026.unir.br
www.even3.com.br/vcongeo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

passa a ser mero instrutor de ensino, deixando de ser um educador, haja vista que adota uma perspectiva bancarizada de transmissão de conhecimento (Vieira; Vieira, 2018).

Observa-se ainda que a Constituição de 1967 passa a desobrigar os entes federativos de destinarem investimentos mínimos em educação, sem ainda deixar de lado o fato de que nesse momento é instituído como disciplina a Educação Moral e Cívica, como matéria de formação do homem que estivesse alinhado com os valores do regime.

Examinando esses fatos, enxerga-se que houve uma convergência entre o diagnóstico da Comissão Meira Mattos e o receituário dos Acordos MEC-USAID para chegar na mais efetiva execução das reformas educacionais do período.

Pode-se pontuar como primeiro exemplo disso a reorganização do ensino superior em departamentos e sistema de créditos-aula e matrículas disciplinares, estabelecidos pela Lei nº 5.540/68. Por meio desse diploma legal, consolidou-se um modelo de universidade funcional aos interesses do regime, priorizando a formação técnica em detrimento da reflexão crítica.

Paralelamente, o Decreto-lei 477/69 determinava a existência de infrações disciplinares e vigilância política permanente nas instituições de ensino.

Já as reformas do ensino de 1º e 2º graus, por meio da Lei 5.692/7, conformaram a obrigatoriedade da escolarização básica de oito anos e o ensino tecnicista. Por meio dela, a fim de realizar cortes de custos, torna-se possível a reunião da escola primária e do curso ginásial em uma só unidade de ensino. Ademais, por meio dessas reformas a formação de professores se torna mais curta, haja vista a criação de licenciaturas com diplomações rápidas. Desse modo, a formação docente fica quase que desprovida de conhecimento crítico, fortalecendo a execução de métodos bancarizados de ensino.

Considerações Finais

Em suma, as relações entre a Comissão Meira Mattos, a geopolítica e os Acordos MEC-USAID evidenciam que houve sintonia entre os projetos de reformas efetivados pela ditadura civil-militar. Tratava-se de um conjunto de processos articulados, em que diagnóstico, ideologia e execução caminharam juntos para redefinir o papel da educação na sociedade brasileira.

O pensamento de Meira Mattos teve certa influência sobre políticas que visavam subordinar o sistema de ensino aos ditames geopolíticos da Doutrina da Segurança Nacional. Por isso, Meira Mattos dirigiu a Comissão Especial, a qual tinha como função tornar praticável a execução dos princípios e regras combinados nos Acordos MEC-USAID.

Princípios e regras que, por sua vez, eram a garantia de um modelo educacional alinhado aos interesses do capital internacional e à lógica da Guerra Fria. A ênfase no tecnicismo, na privatização e no controle ideológico do currículo foi a resposta encontrada pelas elites civis e militares para adequar a educação brasileira ao projeto de desenvolvimento associado e dependente.

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026

Porto Velho-RO

vcongeo2026@unir.br

[@vcongéo2026](https://www.instagram.com/vcongéo2026)

[vcongeo2026.unir.br](https://www.vcongéo2026.unir.br)

www.even3.com.br/vcongéo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

A supressão do pensamento crítico, a redução do conteúdo de humanidades e sua substituição pela doutrinação da Educação Moral e Cívica foram os meios encontrados para forjar uma nova hegemonia cultural que desse sustentação ao regime.

Referências Bibliográficas

BRAGHINI, Katya Mitsuko Zuquim. Juventude e pensamento conservador no Brasil. São Paulo: EDUC; FAPESP, 2015.

BRASIL. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm. Acesso em: 1 mar. 2026.

_____. Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10477.htm. Acesso em: 1 mar. 2026.

CUNHA, Luiz Antônio. Da universidade modernizada à universidade disciplinada: Atcon e Meira Mattos. São Paulo: Cortez, 1991.

GODOI, Larissa de. A doutrina de segurança nacional e a política externa intervencionista do governo Médici (1969-1974). Contemporânea, v. 4, n. 11, p. 01-17, 2024. DOI: 10.56083/RCV4N11-134.

MACHADO, Otávio Luiz. O relatório do general Meira Mattos em 1968: a educação superior e repressão ao movimento estudantil no Brasil. Cadernos de História, Ouro Preto, ano I, n. 2, set. 2006. Disponível em: <http://www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria>. Acesso em: 1 mar. 2026.

ROSSI, Pamela de Mattos. Os Acordos MEC-USAID no jornal O Estado de S. Paulo (1962-1973). 2018. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

SANTANA, Flavia de Angelis. Movimento estudantil e ensino superior no Brasil: a reforma universitária no centro da luta política estudantil nos anos 60. 2014. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. doi:10.11606/T.8.2015.tde-29072015-141646. Acesso em: 2026-03-01.

VIEIRA, Beatriz de Moraes; VIEIRA, Rafael Barros. Intensidades, excepcionalidades e violência – as leis “modernizadoras” da educação no Brasil em 1968. Revista Direito e Práxis, v. 9, n. 2, p. 1016–1053, abr. 2018.

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongeo2026@unir.br
[@vcongéo2026](https://www.instagram.com/vcongéo2026)
vcongeo2026.unir.br
www.even3.com.br/vcongéo-638599/